

“Falta senso de urgência e emergência”



Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Em setembro, Michel Temer ligou o cronômetro da corrida de curta distância que seu governo terá que realizar para a aprovação de medidas que contenham a trajetória do gasto público no médio prazo. Para o cientista político Marcus André Melo, a qualidade e afinação da equipe econômica são elementos favoráveis à alta *performance* do grupo. Entre os obstáculos do percurso – calibrados por focos de incerteza como as manifestações populares e delações premiadas que ainda podem surgir das investigações de corrupção –, ele aponta que o de mais difícil superação deverá ser a falta de senso de urgência das reformas, “a despeito da magnitude do problema fiscal”, diz. Em entrevista à *Conjuntura Econômica* às vésperas das eleições municipais, Melo avaliou que o fim anunciado do embate entre PT e PSDB que marcou as eleições presidenciais nos últimos 20 anos é negativo para o sistema político brasileiro, e que ainda é difícil prever o que substituirá essa polarização em 2018. “Navegaremos águas turbulentas”, afirma.

Conjuntura Econômica — Logo após o estouro do Mensalão (2005), o senhor analisava que eleitores com mais informação e menos dependência de bens privados são mais propensos a mudar seu voto por causa da corrupção, enquanto uma grande parcela menos capaz de discernir o corrupto do não corrupto e mais dependente aceita votar nos corruptos que lhe forneçam algum benefício, fortalecendo o refrão do “rouba mas faz”. A atual dimensão das investigações de corrupção – que mais recentemente envolveu a cassação de Eduardo Cunha e o encaminhamento de Lula ao banco dos réus – altera esse quadro?

Precisamos observar duas coisas: como é o processamento de informa-

ção sobre corrupção pelo eleitor, e a interação entre política e economia. O principal dado que contrasta a conjuntura do Mensalão com o quadro dos últimos dois anos, que marcou o processo do *impeachment* e do Petrolão, é a crise econômica que se manifestou das mais variadas formas a partir de 2014. Numa conjuntura em que a economia vai muito bem, você precisa de um grande volume de informação para que um escândalo envolvendo corrupção adquira importância e passe a afetar a popularidade do governo. Já quando um escândalo se combina com uma situação econômica adversa, existe o efeito catalisador, que no caso do Brasil fez com que a corrupção se convertesse no problema número 1 do país, conforme o Latinobarômetro atestou, superando a preocupação com os serviços de saúde. Outro fator que interfere nessa percepção é que a corrupção precisa ser exposta – quanto maior a exposição, mais relevante esta será politicamente. Por exemplo, em governos autoritários a corrupção observada é pequena porque a imprensa, as instituições de controle, não atuam de forma independente. Quando ocorre a democratização, você tem um aumento da corrupção observada, embora a corrupção real possa permanecer a mesma. Hoje, a gente tem *flashes* sobre o tamanho da corrupção através desses escândalos, mas o tamanho da corrupção ainda é difícil de se observar e comparar.

Isso significa que, para a parcela da população menos informada, as notícias de corrupção ainda são difusas e podem não afetar sua tendência de voto?

Não é algo mecânico estar informado e usar melhor o voto, e ainda há outra

variável que a gente precisa agregar: o efeito de estar mais informado sobre a corrupção pode ser perverso. Por exemplo, se me informo cada vez mais e chego à conclusão de que a corrupção é avassaladora, isso pode me levar a um certo cinismo, de não querer mais saber da política, sequer votar.

Até agora, o que podemos prever por tudo o que temos visto é um impacto devastador sobre o PT. Mesmo no Nordeste e outras regiões mais pobres, onde há dependência grande do setor público. Fala-se muito do Bolsa

O núcleo de eleitores voláteis, que em inglês é conhecido pelo jargão *swing voters*, desapareceu para o PT, porque ele deixou de entregar resultados

Família, mas num contexto em que os resultados eram muito satisfatórios em termos de crescimento de emprego, renda, é natural que o eleitor menos informado tenha apoiado o PT. Mas, a partir do momento em que os resultados passam a ser negativos, eles o abandonam. Esse eleitorado é dividido em dois núcleos: o duro, que inclui setores ligados a sindicatos militantes da sociedade civil, e tem a grande massa

que não está preocupada com políticas ou questões ideológicas, de pessoas que olham para seu bem-estar, sua situação individual. Aqui em Pernambuco, por exemplo, você tem 20% de eleitores que, mesmo se o Lula for condenado, continuariam votando nele. Esse é o núcleo duro. Já o núcleo de eleitores voláteis, que em inglês é conhecido pelo jargão *swing voters*, esse aí desapareceu para o PT, porque ele deixou de entregar resultados.

Para onde o eleitor volátil está se encaminhando?

Atualmente, ele está de certa forma operando em fase negativa, de reação, atribuindo culpa a quem produziu esse descalabro econômico e esse escândalo massivo de corrupção. Da parte do governo federal, por sua vez, está em jogo uma agenda positiva de controle de danos para recriar as condições para o desenvolvimento através da agenda microeconômica de políticas macroeconômicas, sensatas, voltada a setores que também importam muito na discussão que são a opinião pública informada e os setores empresariais. Só a mudança dos responsáveis pela condução da política macroeconômica já tem impacto no sentido de restabelecer a credibilidade muito importante.

Em que medida esse humor político afeta o esforço do presidente por ganhar popularidade?

O paradoxo do governo Temer é que ele jamais existiria a não ser como resultado do que aconteceu, como a solução constitucional para a crise que se abateu sobre o país. Em qualquer situação de disputa eleitoral, Temer jamais seria eleito presidente da República. Mas o déficit de legitimidade

que ele apresenta não é exatamente o que os setores ligados ao PT ou ao antigo governo em geral costumam atribuir a ele. Há uma legitimidade procedimental, a Constituição manda que o vice assuma em caso de *impeachment* do presidente. Mas de fato é um governo que vem com um déficit no DNA. Isso é um constrangimento para o governo, e aí existe uma fonte de incerteza sobre se essa impopularidade pode se exacerbar. Em alguns textos que escrevi recentemente, usei a ideia de que o governo Temer tem sua lua de mel presidencial numa ilha tropical sujeita a *tsunamis*. Um deles pode vir de Curitiba, da incerteza sobre a possibilidade de uma delação absolutamente contundente, com evidências muito duras que podem levar ao naufrágio total do governo. O outro viria da incerteza gerada pelo fato de que muitos dos que estão no governo são profundamente impopulares, e isso poderia provocar um mal-estar à *la* jornada de julho de 2013, levando milhares de pessoas às ruas. O potencial desse *tsunami* não é alto, mas existe.

Agora, se o governo Temer tem focos de incerteza nas ruas e do que vem de Curitiba, em termos do Congresso, que é uma das coisas que levou ao naufrágio do governo de Dilma Rousseff, ele vai bem, porque tem tido capacidade de mover uma base de apoio parlamentar muito importante. É a coalização mais homogênea ideologicamente desde o governo Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que todo o governo Temer é de centro-direita, não existe ninguém na extrema esquerda, extrema direita, como era o caso do governo do PT. Tem a mais elevada taxa de coalescência – conceito criado por Octavio Amorim, que

aponta a consistência do tamanho das bancadas e os ministérios controlados – desde o governo de Fernando Collor. E é o que tem a menor taxa de concentração de ministérios no partido do presidente desde o governo de José Sarney. Muito diferente do PT, que pecou por não partilhar poder e concentrar ministérios – além de ter uma atitude de confronto com o maior partido da coalizão, o PMDB, o que levou a essa polarização entre Eduardo Cunha e Dilma. Nesse sentido, as fontes de incerteza que podem

Se Temer tem focos de incerteza nas ruas e do que vem de Curitiba, no Congresso tem tido capacidade de mover uma base de apoio importante

ser muito negativas para o governo Temer estão localizadas fora da relação Executivo-Legislativo.

O que falta ao governo para reverter as avaliações negativas?

A comunicação é uma das falhas absolutamente notórias. Houve alguns pequenos *tsunamis* que o governo teve competência de controlar no início. Ele conseguiu afastar rapidamente o

Romero Jucá do Ministério do Planejamento depois da divulgação da gravação do Sérgio Machado (ex-presidente da Transpetro), colocando Jucá para trabalhar na retaguarda. Mas vemos pequenos incêndios provocados por problemas de comunicação. Agora o jornalista Eduardo Oinegue apresentou um plano de comunicação, ele é uma pessoa reconhecida, vamos ver o que acontece. Apesar disso, o governo tem se beneficiado de um clima de recuperação da confiança de uma forma importante. A equipe econômica é da melhor qualidade, e está afinada. É diferente do efeito de nomear o ministro Joaquim Levy, por exemplo, reconhecido como tecnicamente qualificado, mas que teve sua ação minada por outros atores. Ao mesmo tempo, algumas medidas que não têm custo – algo importante dadas as atuais restrições fiscais – como rever a agenda microeconômica, o que passa nas agências reguladoras, também trazem efeitos positivos.

Em julho, o ministro Eliseu Padilha anunciou a intenção do governo de definir quatro reformas até o final do ano – trabalhista, tributária, política e previdenciária – e hoje já vemos uma extensão de alguns prazos. Isso afeta a credibilidade das reformas?

A rigor, a janela de oportunidade do governo Temer se inaugura agora e termina no final de 2017, pois em 2018 as eleições passam a ser a questão fundamental e aí não haverá espaço para reforma. É um governo muito atípico, estamos falando de menos de dois anos de prazo para realizações, com o complicador de que são reformas muito duras, para as quais nos falta senso de urgência e de emergência. A despeito da magnitude assombrosa

do problema fiscal que temos, que está clara entre especialistas e a comunidade envolvida com políticas públicas, se a relação dívida/PIB subir de 70% para 75%, o mundo não acabará. É diferente de quando você tem uma crise como a da balança de pagamentos, como ocorreu há 30 anos, e pode ocorrer no Brasil daqui a alguns anos se a gente entrar numa trajetória muito negativa. Mas ainda estamos longe disso, de gerar um *default* de parte da dívida e ficar sujeito a negociações dramáticas com o Banco Mundial, o FMI. Também é diferente de uma crise monetária como a da hiperinflação. Hoje vemos comparações entre o ministro da Fazenda Henrique Meirelles e o Fernando Henrique Cardoso quando ministro de Itamar Franco, mas elas não existem. Na época de Cardoso, estávamos numa situação absolutamente dramática, em que a inflação mensal era de 20%. O país não podia funcionar se o preço era um de manhã e outro à tarde. Era caos nos contratos, nas transações entre fornecedores. Numa situação desse tipo, há um senso de urgência que leva à adoção de medidas de impacto amplo.

Hoje, que artífice poderia desatar esse senso de urgência?

Hoje temos uma crise fiscal muito importante, mas não há um equivalente ao que se tinha no passado. A dívida dos estados poderia ter esse poder, mas vemos que já se negociam formas de empurrá-la com a barriga. A Previdência está falida, mas se não mudarmos ela hoje, no ano que vem ainda vai ter dinheiro, daqui a dois anos também. Essa falta de senso de urgência é que leva de certa forma o governo a acomodar resistências que surgem. A PEC 241, de controle dos

gastos, deverá passar, a Previdência pode mudar alguma coisa, mas reformas constitucionais demoram algum tempo. A reforma da Previdência do Cardoso levou três anos. E esse governo só tem pouco mais de um ano.

O mercado deverá tolerar um ritmo mais lento?

Temos que lembrar que no Brasil muita coisa aconteceu sem apoio, e às vezes até com resistência do mercado. Em última instância, o apoio do empresariado é relevante quando

A dívida dos estados
poderia ter esse poder
(de acionar o senso de
urgência), mas vemos
que já se negociam
formas de empurrá-la
com a barriga

você tem uma alternativa. No caso do governo Dilma Rousseff, era estar com ela ou contra ela. Hoje, de certa forma, o empresariado não tem uma alternativa ao governo Temer. Ele é a única na praça. Mas acho que essa não chega a ser uma questão para Temer, pois há confiança.

Considera que a atual reversão de expectativas é suficiente para atrair

capital estrangeiro para investir em concessões e privatizações?

Sim. Entre outras coisas porque a nova equipe econômica tem muita credibilidade, em termos de equipe, de decisões técnicas, opções de política, isso tudo é bem recebido tanto dentro quanto fora do Brasil. Vai ser um processo meio errático, porque o governo não conta com apoio massivo, e isso implica certa precificação. Mas não é uma incerteza avassaladora, pois a equipe de Temer conta com maiorias importantes, e a existência ou não de alternativas, como já disse, é fundamental tanto para o comportamento do empresariado quanto para o cenário político. O jogo já não tem o mesmo potencial desestabilizador.

O senhor confia na conclusão da Operação Lava Jato?

Acho que sim. As questões que têm sido levantadas em relação à força-tarefa, ao Ministério Público e até quanto à atuação do juiz Sérgio Moro não têm revertido o apoio a eles. Então, a rigor, não haverá retorno. Isso não significa que não haverá tentativas de resistência, como a tentativa de votação de anistia de políticos envolvidos em caixa 2. Mas o grau de autonomia a que as instituições chegaram, o grau de apoio da sociedade civil, da mídia, demonstra que qualquer ataque a essas instituições será mal recebido. Se isso passasse, a repercussão na opinião pública seria imensa e teria efeito negativo sobre o próprio governo Temer. Ainda que existam, entretanto, acho que tentativas de desmoralização da Lava Jato não terão efetividade.

Nos últimos 20 anos, tivemos eleições definidas entre PT e PSDB.

Como se desenhará 2018 para esses dois partidos e para o sistema?

Como já disse, o efeito de tudo o que passamos sobre o PT foi absolutamente devastador, agora com a própria credibilidade do Lula individualmente abalada. Com a provável perda da única base organizacional importante que o partido tem hoje depois de perder o governo federal, que é o governo de Minas Gerais, o partido não terá organizações nas quais fincar os pés do trabalho partidário. Perdendo Minas, ele fica restrito à CUT – que está perdendo importância, e deverá ser defenestrada no processo dos fundos de pensão que está só começando –, ao MST, e as bases materiais da estrutura do PT estarão arruinadas. Já o PSDB de hoje é um fantasma do que foi no passado. As lutas intestinas do partido são muito danosas. Temos essa briga de liderança entre Aécio, Alckmin e Serra, ao mesmo tempo em que não houve renovação. E o PSDB é um partido cuja base organizacional importante se concentra em São Paulo. Em resumo, a polarização que vertebrou o sistema político brasileiro entre a centro-esquerda e a centro-direita vai desaparecer, porque o PT foi liquidado, e o PSDB também se enfraqueceu. Do ponto de vista do sistema político como um todo, isso é muito negativo. A competição que se estabeleceu entre os dois polos era algo muito saudável para a democracia brasileira. O abuso de poder dos governos do PT colaborou para minar essa polarização e a própria competição na medida em que alcançou níveis muito elevados e reduziu a oxigenação que a competição gerava.

Obviamente, a médio e longo prazo haverá o fortalecimento de um polo de esquerda identificado com questões

redistributivas fundamentais num país muito desigual como o Brasil, bem como uma aglutinação em torno de uma centro-direita que será restabelecida. Mas o quadro atual é de muita fragmentação. Existe um índice que os cientistas políticos utilizam para avaliar o número de partidos que importam. É um indicador ponderado, que não se limita ao número de partidos que estão no Congresso. Mundo afora, o índice médio é de três pontos e alguns décimos. No Brasil é 13,4, o mais elevado de fragmentação partidária já

A polarização que
vertebrou o sistema
político entre centro-
esquerda e centro-direita
desaparecerá, porque
o PT foi liquidado e o
PSDB se enfraqueceu

observado em um país em qualquer momento da história das democracias. Significa que temos um sistema partidário de fato esfacelado. Até agora isso não degenerou no caos absoluto porque de certa forma existia uma organização mínima entre dois campos que competiram entre si. Agora que a polarização acabou, é difícil prever o que será estabelecido no médio prazo. Navegaremos águas turbulentas.

Uma das reformas divulgadas como prioritárias para o governo é a eleitoral, que pressionaria exatamente por uma redução do número de partidos. Acha viável, considerando a demanda legislativa que se tem pela frente?

Isso aumentaria o risco da aprovação das outras reformas. Reforma política é algo que em princípio nunca deveria acontecer, porque ela sempre será aprovada por pessoas que ganharam com as regras vigentes, então sua lógica de atuação será: por que mudar as regras se me beneficiaram? Mudanças significativas só surgem em situações de convulsão. O que aconteceu no Brasil – o *impeachment*, a magnitude da crise econômica e dos escândalos de corrupção – poderia servir de mola propulsora. Mas a mudança mais importante que tivemos foi a Lava Jato. A Lava Jato foi uma reforma política, porque aumentou a probabilidade de alguém ser punido se recorrer a dinheiro sujo. Isso teve um efeito muito importante sobre o sistema político.

Que novas trilhas este período deixará para os cientistas políticos?

Barry Ames, um dos mais conhecidos pesquisadores norte-americanos sobre o Brasil, escreveu há quase 15 anos o livro *The deadlock of democracy in Brazil (Os entraves da democracia no Brasil)*, FGV, 2003). Na conclusão, ele ressaltava que o conjunto de instituições sobre as quais se sabia pouco no país era formado por Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas. Com o protagonismo que essas instituições ganharam, e com o baixo grau de conhecimento que ainda temos destas, acho que será oportuno para pesquisadores voltarem sua atenção para elas. 